



**LOGOS  
DE PARCEIROS**

**LOGOS  
DE PARCEIROS**

**POR OCASIÃO DA CELEBRAÇÃO:**

**O 75 º aniversário da Organização das Nações Unidas (ONU)**

**A partir Dia Internacional Função Pública (23 de junho)**

**Dia da União Africana Contra a Corrupção (11 de julho)**

**Organização da 4ª edição do Fórum Africano de Gestores Territoriais e Institutos de Capacitação voltados para as Coletividades Territoriais (FAMI 4)**



## TEMA DE FAMI4

*"Promover instituições públicas locais responsáveis, transparentes, integrais, eficientes e responsáveis na África para agir e impactar a Década de Ação "*

**Data e local:**

**de 6 a 11 de julho de 2020 em Tânger , no Reino de Marrocos**

*«Juntos por uma África local eficiente »*

# NOTA CONCEPTUAL

## CONTEXTO E JUSTIFICAÇÃO

Durante a celebração do Dia Mundial do Serviço Público em 2018 e da Organização do Foro da Função Pública, no Reino de Marrocos, em Marrakech, sob o alto patrocínio de SUA MAJESTADE REI MOHAMMED VI, o Departamento de Assuntos Econômicos e Organizações Sociais das Nações Unidas (ONU DESA), Comitê Técnico Especializado N ° 8 da União Africana de Serviço Público, Comunidades Locais, Desenvolvimento Urbano e Descentralização, a Organização do Mundo Islâmico para a Educação, Ciência e Cultura (ISESCO), o Ministério encarregado da Reforma da Administração e da Função Pública do Reino de Marrocos, Cidades Unidas e Governos Locais da África (UCLG-África) e sua Academia Africana de Coletividades Territoriais (ALGA) ) organizaram um evento paralelo em 22 de junho de 2018, sobre "Transparência, integridade e luta contra a corrupção: um requisito essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável". No final deste evento, os participantes apresentaram e adotaram uma Declaração da qual está aqui um extrato:

"Salientando o escopo do compromisso dos Chefes de Estado e de Governo da África por ocasião da Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral das Nações Unidas em favor do Estado de Direito, uma condição essencial para a prevenção e repressão à corrupção;

"Inspirados por ideais coletivos nobres expressos pela Agenda 2063 da União Africana para uma África sem corrupção, onde reina a boa governança democrática e participativa, bem como o respeito pelos direitos humanos;

"Cientes do impacto negativo da corrupção e de seus efeitos nocivos, tanto no desenvolvimento humano, no crescimento econômico, na competitividade, no funcionamento, na imagem e na reputação das instituições democráticas, fatores essenciais para a estabilidade das instituições. nacional e local, bem como o estabelecimento de justiça social;

"Sabendo que os Estados membros da União Africana proclamaram o 11 de julho de cada ano, "Dia Africano de Luta contra à Corrupção" e dedicaram o Ano Africano de 2018 contra a corrupção com o tema "Derrotar a corrupção: um caminho sustentável para o desenvolvimento da África”;

" Aderindo aos padrões de boa governança adotados pelos instrumentos africanos e internacionais relativos à luta contra a corrupção, à promoção da transparência e integridade, em particular, os vários protocolos e cartas da União Africana sobre a luta contra a corrupção, a promoção do serviço público e da descentralização, a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção, bem como as estratégias desenvolvidas pelos Estados membros da União Africana para que práticas corruptas não atrapalhem a consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável em 2030;

"Saudando os esforços dos Estados Membros da União Africana na implementação desses instrumentos e a vontade dos Chefes de Estado e de Governo de respeitar os compromissos relativos à prevenção e ao combate à corrupção, bem como à promoção transparência e integridade na governança dos territórios;

"Lembrando que aproximadamente 65% dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) devem ser implementados em nível de cidades e territórios, o que exige um firme compromisso dos Estados e da comunidade internacional em favor da aplicação do princípio de subsidiariedade e reconhecimento do papel essencial dos governos locais e regionais na consecução efetiva dos ODS no terreno;

"Convencidos da necessidade de agir agora, e antes de tudo no nível das cidades e territórios, para promover o advento de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, garantir o acesso à justiça para todos e estabelecer em todos os níveis instituições efetivas, responsáveis e abertas a todos ".

A Declaração também inclui disposições destinadas aos principais atores (Comunidade Internacional, Estados e Governos Nacionais, Governos Regionais e Locais), preocupados com essa dinâmica, certamente cheia de ambições louváveis, mas sem esquecer os desafios, complexidades e armadilhas que arriscam. " tornam a implementação difícil e árdua.

Na De fato, lembremos que, em nível global, toda a comunidade internacional trabalha, desde 2015, para implementar e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através de 17 objetivos, 169 metas e mais de 200 indicadores para enfrentar os grandes desafios de nosso tempo até 2030. Entre esses objetivos, o ODS 16, que promove a criação de sociedades pacíficas e inclusivas para fins de desenvolvimento sustentável, assegurando o acesso de todos à justiça e estabelecer em todos os níveis instituições eficazes, responsáveis e abertas a todos. E aqui estão os alvos:

16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade associadas em todo o mundo .	De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento , corrupção, suborno, roubo e sonegação custam aos países em desenvolvimento <b>1,26 trilhão de dólares por ano</b> para países em desenvolvimento <sup>1</sup> .
16.2	Aabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.	
16.3	Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.	
16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.	
16.5	Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.	
16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.	
16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.	
16.8	Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global .	
16.9	Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.	
16.10	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.	
16.a	Apoiar, em particular no âmbito da cooperação internacional, as instituições nacionais responsáveis por fortalecer, em todos os níveis, os meios para prevenir a violência e combater o terrorismo e o crime, especialmente nos países em desenvolvimento.	
16.b	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.	

<sup>1</sup> [www.undp.org](http://www.undp.org)

Os ODS não dizem respeito apenas a certos países, mas a todos os países - ricos e pobres. É fundamentalmente repensar tudo o que fazemos. No final, não se trata apenas de governança ; governança que produz resultados para sociedades, pessoas , cidadãos , comunidades e territórios, por um lado, e cuja legitimidade depende de sua eficácia geral e da efetividade e desempenho das políticas nas quais se baseia por outro<sup>2</sup>. Depende também e conta com a inclusão nas sociedades onde as pessoas não vão aceitar a transformação se sua voz seja ouvida (Não permita que ninguém, não deixam o território, ao lado) e se você sair da lógica de silos<sup>3</sup>.

**No nível africano, a Carta Africana dos Princípios e Valores da Descentralização, Governança Local e Desenvolvimento Local, adotada em Malabo (2014), que mantém entre seus objetivos a promoção, proteção e estímulo da Descentralização, Governança Local e Desenvolvimento Local na África, é inspirado nos seguintes Valores Fundamentais (Artigo 4):**

<b>a. Participação e inclusão da comunidade .</b>	<b>f. Integridade.</b>
<b>b. Solidariedade.</b>	<b>g. Responsabilidade cívica e cidadania.</b>
<b>c. Respeito pelos direitos humanos e dos povos.</b>	<b>h. Transparência e responsabilidade.</b>
<b>d. Diversidade e tolerância.</b>	<b>i. Responsividade.</b>
<b>e. Justiça, igualdade e equidade.</b>	

Existe vontade política, existem instrumentos legais em todos os níveis de governança, atores e partes interessadas existem em todos os níveis, instituições / organizações e estruturas são criadas, compromissos são assumidos , recursos humanos, financeiros e técnicos que as tecnologias são alocadas, mobilizadas e afetadas .No entanto, a realidade mostra que ele tem sérios problemas em instituições públicas, especialmente em sub -national, em termos de liderança, instituições, organizações, gestão, comportamento, prestação de contas, de resultados e impacto no desenvolvimento sustentável do mundo que queremos e da África que queremos.

<sup>2</sup> Ver Livro de Louis MEULEMAN, Metagovernance for Sustainability, A framework for implementing the Sustainable Development Goals, Londres, 2018.

<sup>3</sup> Ver Assembléia Geral das Nações Unidas, setembro de 2015.

**Segundo o Secretário-Geral da ONU , Sr. António Guterres ,** nosso mundo está " **numa encruzilhada em diferentes frentes**", seja "a emergência climática, o aumento das desigualdades, o aumento de ódio e intolerância e o número alarmante de ameaças à paz e à segurança "<sup>4</sup>, além da desconfiança das instituições públicas, falta de confiança nos líderes políticos, urbanização desenfreada, fome, fluxos migratórios, desemprego e ociosidade dos jovens, desigualdades de gênero., a revolução digital, mas também o caos digital , corrupção e comportamento antiético, especialmente na esfera pública , etc. Tantas áreas que requerem atenção coletiva urgente.

De fato, apesar dos progressos realizados em várias áreas, e de acordo com o Relatório 2019<sup>5</sup> Sobre o progresso dos ODS, o ritmo não é rápido o suficiente para alcançar os objetivos até 2030. Da mesma forma, o Relatório Mundial sobre

---

<sup>4</sup> [www.un.org/press](http://www.un.org/press)

<sup>5</sup> [https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2019\\_French.pdf](https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2019_French.pdf)

Prefácio. Desde o seu lançamento em 2015, a Agenda 2030 forneceu um plano para a prosperidade compartilhada em um mundo sustentável, onde todas as pessoas podem ter vidas produtivas, dinâmicas e pacíficas em um planeta saudável. Em pouco mais de uma década estaremos em 2030 e devemos nos perguntar se, hoje, nossas ações estão definindo as condições para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Relatório de Metas de Desenvolvimento Sustentável de 2019 fornece informações para responder a essa pergunta.

O relatório mostra que houve progresso em alguns áreas-chave e que alguns desenvolvimentos favoráveis podem ser observados.

A pobreza extrema diminuiu significativamente, a mortalidade infantil com menos de 5 anos caiu 49% de 2000 a 2017, as vacinações salvaram milhões de vidas e a grande maioria da população mundial agora tem acesso a eletricidade. Os países estão adotando ações concretas para proteger nosso planeta: as áreas marinhas protegidas dobraram desde 2010; os países estão trabalhando juntos para resolver o problema da pesca ilegal; e 186 partes ratificaram o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, e quase todas fizeram suas primeiras contribuições determinadas nacionalmente.

Quase 150 países desenvolveram políticas nacionais para enfrentar os desafios da rápida urbanização, e 71 países e a União Europeia Agora, temos mais de 300 políticas e instrumentos para apoiar um consumo e produção sustentáveis. Muitos outros atores (organizações internacionais, empresas, autoridades locais, comunidade científica e sociedade civil) estão comprometidos em alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável de maneira a criar confiança na próxima década. As Nações Unidas, no que diz respeito a elas, estão trabalhando vigorosamente para reposicionar o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas, para que possam responder melhor à necessidade de governos a cumprir essa agenda integrada e transformadora.

Apesar desse progresso, este relatório identifica muitas áreas que requerem atenção coletiva urgente. O ambiente natural está se deteriorando a um ritmo alarmante: o nível do mar está subindo; a acidificação do oceano está se acelerando; os últimos quatro anos foram os mais quentes já registrados; um milhão de espécies vegetais e animais estão ameaçadas de extinção; e a degradação da terra continua a progredir. Estamos nos movendo muito devagar para erradicar o sofrimento humano e criar oportunidades para todos: nosso objetivo de eliminar a pobreza extrema até 2030 está comprometido, apesar da luta contra privações de longa data, conflitos violentos e vulnerabilidades enfrentadas desastres naturais. A fome está aumentando mundialmente e pelo menos metade da população mundial é privada de serviços essenciais de saúde. Mais da metade das crianças do mundo não possui o nível mínimo de habilidades de leitura e matemática; apenas 28% das pessoas com deficiência grave recebem uma pensão por incapacidade; e as mulheres em todo o mundo continuam enfrentando desvantagens estruturais e discriminação. É claro que é necessária uma resposta mais completa, rápida e ambiciosa para provocar a transformação social e econômica necessária para atingir as metas de 2030. Com base em nosso progresso, sabemos o que funciona. Portanto, este relatório destaca as áreas que podem avançar em todas as 17 metas de desenvolvimento sustentável: financiamento; resiliência; economias

Desenvolvimento Sustentável do grupo de 15 cientistas e especialistas eminentes destaca que “ apesar da esforços iniciais, o mundo não está no caminho certo para cumprir a maioria das 169 metas que compõem os ODS”. Quatro fatos preocupam especialmente os especialistas : desigualdades crescentes, mudanças climáticas, perda de biodiversidade e as crescentes quantidades de resíduos da atividade humana.

Em 2020, a comunidade internacional entrou em uma década decisiva para o presente e o futuro das gerações e para toda a vida neste planeta e foi decidido torná-lo uma década de ação e serviço para o desenvolvimento sustentável.

**Pela União Africana** , no seu Relatório sobre Governança em África, "Promover os valores comuns da União Africana" (2019) <sup>6</sup> , devem ser destacados progressos significativos em relação a certos valores comuns da União Africana, bem como as aspirações da Agenda 2063. No entanto, este mesmo relatório revela a persistência de desafios importantes que exigem medidas urgentes para alcançar os objetivos das reformas democráticas e avançar resolutamente no caminho do desenvolvimento sustentável.

---

viáveis abertas a todos; instituições mais eficientes; ações locais; melhor uso dos dados; e usando ciência, tecnologia e inovação para promover a mudança digital. Em tudo o que fazemos, devemos garantir diligentemente que as escolhas políticas não negligenciem ninguém e que os esforços nacionais sejam apoiados por uma cooperação internacional eficaz, baseada no engajamento diplomático e na prevenção de crises.

A Cúpula dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Cúpula do Clima e outras reuniões cruciais a serem realizadas em Nova York em setembro de 2019 oferecem aos líderes mundiais a oportunidade de enfrentar os desafios e relançar uma década de serviço às pessoas e o planeta. É a hora certa, e devemos agir agora. Habitado por esse espírito, recomendo este relatório a um amplo público em todo o mundo.

António Guterres

Secretário Geral das Nações Unidas

<sup>6</sup> Publicação do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (APRM), em colaboração com a Arquitetura de Governança Africana (AGA), 2019.



"... Um bom número de líderes africanos formulou visões nacionais e articulou programas inovadores. Embora a maioria dos países africanos tenha adotado a cultura do planejamento, é preciso fazer mais para traduzir esses planos em realidade e assimilando a fim de obter resultados positivos para o desenvolvimento. É encorajador notar que os Estados membros da UA iniciaram reformas constitucionais para mais democracia, liberdades e pluralismo político. De fato, muitos países reintroduziram o sistema multipartidário, adotou a limitação do número de mandatos presidenciais, organizou eleições legislativas e presidenciais regulares e competitivas, fortaleceu as funções de controle parlamentar, garantiu independência judicial e permitiu que as organizações da sociedade civil funcionassem livremente"<sup>7</sup>.

As Instituições Públicas Locais incorporadas pelas Coletividades Territoriais ou pelos Governos Regionais e Locais têm um papel decisivo a desempenhar nesse contexto, sendo um verdadeiro ator de mudança capaz de agir e impactar a Década de Ação proclamada, desejada e apoiado por todos os componentes da comunidade internacional. Durante os trabalhos da **primeira edição do Fórum Africano de Administradores Territoriais e Institutos de Capacitação visando as Coletividades Territoriais (FAMI1), sob o tema "Recursos Humanos das Coletividades Territoriais Africanas: a hora de agir é agora!"**, organizado em Salé, na Universidade Internacional de Rabat (IUR), no Marrocos, de 18 a 21 de setembro de 2017, os participantes observaram a importância de treinar e fortalecer as capacidades de Recursos Humanos das Coletividades Territoriais, dado o lugar que ocupam com as autoridades públicas e locais nos vários países da África e todos os componentes da sociedade africana. Eles também insistiram na necessidade de investir em Capital Humano, a fim de ancorar o processo de descentralização, desenvolver a governança local e impactar o desenvolvimento territorial e local.

---

<sup>7</sup> Idem, Prefácio de Sua Excelência Idriss Déby ITNO, Presidente do Fórum da MAAP (Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares) , Presidente da República do Chade, página 9.

No final do trabalho da **2ª Edição do Fórum Africano de Administradores Territoriais e Institutos de Treinamento visando as Coletividades Territoriais (FAMI2)**, realizada em Saïdia, Marrocos, nos dias 25 e 26 de abril de 2018, os participantes salientou a necessidade, mesmo a urgência, de investir em capital humano africano em todos os níveis, em particular no nível local, e de mobilizar e alocar recursos financeiros para isso.

A **3ª edição do Fórum Africano de Gestores Territoriais e Institutos de Treinamento direcionados às Comunidades Territoriais (FAMI3)**, realizada em Ifrane, Marrocos, de 10 a 14 de junho de 2019, enfocou o seguinte tema: "Financiamento da aprendizagem, treinamento e capacitação de funcionários eleitos locais e funcionários das Comunidades Territoriais na África: para Mecanismos Inovadores e Sustentáveis "e deu origem ao desenvolvimento e adoção do chamado à ação da Ifrane para a mobilização e implementação de financiamento inovador e sustentável para a capacitação de funcionários e funcionários eleitos das Coletividades Territoriais Africanas.

A **4ª edição do FAMI**, que será organizada de 6 a 11 de julho de 2020, em Tânger, Marrocos, escolheu como tema geral: "Promoção de instituições públicas locais responsáveis, transparentes, integrais, eficientes e responsáveis na África para atuar e impactar a Década. de Ação" .

## **OBJETIVO GERAL**

O Foro será uma oportunidade para discutir a implementação do ODS 16 em nível local, particularmente na África, para discutir os obstáculos e desafios que continuam a dificultar essa implementação e para compartilhar boas práticas e experiências bem-sucedidas. Contribuir para a promoção e ancoragem de instituições públicas locais responsáveis, transparentes, honestas, eficientes e responsáveis, para se orientarem resolutamente no caminho do desenvolvimento sustentável.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Informar e sensibilizar os vários atores e partes interessadas sobre a centralidade da Década de Ação, particularmente na África;
- Fazer um balanço da implementação do ODS 16 em nível local, particularmente na África;
- fazer um balanço da implementação dos instrumentos internacionais e africanos relativos à prevenção e ao combate à corrupção;

- Discutir liderança transformadora capaz de conduzir mudanças radicais e levar a melhorias generalizadas na vida das pessoas;
- Compartilhar os novos Princípios de Governança Efetiva adotados pela ONU em 2019;
- Discutir os princípios e métodos de promoção da integridade de líderes políticos e funcionários públicos em nível local;
- Dar visibilidade e aprender com as boas práticas e experiências bem-sucedidas em todo o mundo sobre questões relacionadas ao Tema do Fórum;
- Oferecer um espaço de conscientização, treinamento , capacitação, aprendizado por Pares e Trabalho em Rede para Eleitos / Eleitas, Gestores Territoriais Locais e Institutos de Treinamento;
- Descobrir uma nova Região do Reino de Marrocos, neste caso a Região de Tanger-Tétouan-Al Hoceima;
- Reunir o 5º Conselho Acadêmico da ALGA, incluindo uma Aprendizagem entre Pares direcionado aos Institutos de Ancoragem da Academia na África.

## **DATA E LOCAL**

De 6 a 11 de julho de 2020.

Reino de Marrocos, cidade de Tânger.

## **PÚBLICO ALVO**

- Representantes de Organizações Internacionais .
- Representantes de Estados e Governos nacionais.
- Coletividades territoriais .
- Associações Nacionais de Coletividades Territoriais .
- Os Eleitos / Eleitas Locales.
- Gestores Territoriais Africanos .
- Os Institutos de ancoragem de ALGA da CGLU-Africa e seus Parceiros.
- Os Parceiros de Desenvolvimento e os Doadores..

- Os componentes da Sociedade Civil.
- As Universidades e Institutos de Capacitação.
- Representantes do setor privado, etc.

## **CONDUTA DO EVENTO**

- A sessão formal de abertura **com um an / convidado (e) marca** .
- Sessão plenária dedicada ao tema geral do Fórum.
- Ateliês paralelos .
- Dias de informação, conscientização, capacitação e intercâmbio de boas práticas de governança, princípios de administração pública, transparência, prevenção e Luta contra a Corrupção.
- 5ª Reunião do Conselho Acadêmico da ALGA .
- Excursão e descoberta do Patrimônio Cultural Marroquino .

## **OS ORGANIZADORES & PARCEIROS**

- C Cidades Unidas e Governos Locais da África (CGLU-África) e sua Academia Africana de Coletividades Territoriais (ALGA).
- Os Parceiros sendo identificados..

## **INFORMAÇÕES DO FORO**

Todas as informações sobre o Foro, incluindo o programa, além de aspectos práticos e logísticos, podem ser encontradas **no site da UCLG -África** na ALGA : [www.uclgafrica-alga.org](http://www.uclgafrica-alga.org)

## INSCRIÇÃO NO FÓRUM

Para Para participar do Fórum e se beneficiar do seu trabalho, você está cordialmente convidado(a) a se registrar com antecedência:

- Enviando seu formulário de registro a ALGA;
- através da plataforma de registro em linha no website da ALGA.

## TAXAS DE INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO DO FÓRUM

- Para membros, redes e parceiros da CGLU- África : **300 euros** .
- Para membros não pertencentes à CGLU-África : **400 euros** .
- Cônjuges / acompanhantes : **100 euros** .
- para as Delegações / Grupos de mais de 5 participantes : **20% de desconto**.

### As taxas de inscrição podem ser pagas:

- Por transferência bancária diretamente para a conta bancária da CGLU-África:  
BANK : BNPPARIBAS  
Endereço : 117, Boulevard HAUSSMANN 75008, Paris, França  
Beneficiário : CITÉS ET GOUVERNEMENTS LOCAUX UNIS D'AFRIQUE  
IBAN / Número da conta bancária: FR7630004005670001009726629  
Código BIC / SWIFT: BNPAFRPPINT  
A transferência bancária deve incluir a seguinte menção: O nome completo da pessoa em questão + CGLU-Africa / Forum 2020 da ALGA .
- Ou na chegada ao local de organização do Fórum e no momento da inscrição.

Essas taxas de registro permitem que você se beneficie dos seguintes serviços principais:

- Aceder e beneficiar do trabalho do Fórum,
- Dispor do kit do Fórum,
- 2 pausas do café e um almoço por dia durante o Fórum,
- Um jantar de gala,
- Um dia de excursão ,
- a facilitação do processo de visto, se necessário,
- O transporte interno, especialmente de e para Aeroportos em Marrocos..

## **TRANSPORTE INTERNACIONAL**

Para o transporte internacional, os participantes do Fórum são convidados a se encarregarem do transporte internacional.

## **VISTOS**

O participante (e) s de países para os quais é exigido um visto para o Reino de Marrocos , cujos países têm uma Embaixada do Reino de Marrocos , são responsáveis obter e pagar para seu próprio visto entrada no Reino de Marrocos .

## **HOTÉIS**

A lista Uma lista de hotéis e opções de alojamento em Tânger será disponibilizada aos participantes. Todas as acomodações devem ser reservadas e pagas diretamente com os hotéis.

Os Organizadores terão um escritório de recepção nos aeroportos de Casablanca, Rabat-Salé e Tânger para recebê-lo, informá-lo e orientá-lo..

## **SOBRE OS ORGANIZADORES :**

<b>CGLU ÁFRICA E SUA ACADEMIA ALGA</b>	<p>Cidades Unidas e Governos Locais da África (CGLU África) é a organização abrangente e a voz unida que garante a representação das comunidades locais em todo o continente africano. A CGLU África reúne mais de 350 milhões de cidadãos africanos, mais de 40 associações nacionais e mais de 2.000 cidades. Promover a descentralização na África e dentro das autoridades locais africanas como esferas autônomas e distintas do governo, mas também contribuir para a unidade do continente africano através do dinamismo das coletividades locais, está entre as principais missões da CGLU África.</p> <p><a href="http://www.uclga.org">www.uclga.org</a> - @ UCLGAfrica</p> <p>Criada em 2009 e operacional a partir de 2016, a Academia Africana de Coletividades Territoriais (ALGA) é um órgão subsidiário da UCLG-África cuja principal missão é promover os Padrões de Qualidade em capacitação e desenvolvimento das capacidades voltados para as Coletividades Territoriais, investir no capital humano dessas entidades e ancorar o desempenho e o profissionalismo em nível local na África.</p>
<b>Parceiros FAMI4</b>	